



SECRETARIAT THE CLIMATE GROUP



ANEXO-UNDER 2 ESTADO DE MATO GROSSO

CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO

O estado de Mato Grosso está localizado na região Centro-Oeste do Brasil, fazendo fronteira com os estados do Pará e Amazonas ao norte, Mato Grosso do Sul ao sul, com Goiás e Tocantins a leste e a oeste com Rondônia e Bolívia. É o terceiro maior estado do país em extensão territorial, com uma área de 903 mil Km², e sua população é de três milhões e duzentos mil habitantes. Seu território contém três grandes biomas: o Pantanal, o Cerrado e a Amazônia. Possui um número considerável de áreas protegidas, sendo 70 terras indígenas, 23 unidades de conservação federais, 46 estaduais e 35 municipais. Nos três biomas, é possível encontrar diferentes tipos de vegetação, contendo tanto fisionomias florestais quanto campestres, com grande variação em seus estoques de carbono.

A base de sustentação econômica de Mato Grosso esteve, historicamente, assentada na agropecuária desenvolvida em grandes propriedades. Nas últimas três décadas, o estado vem apresentando um crescimento considerado extraordinário no setor agropecuário, com a expansão da área cultivada, da produção e da produtividade. Este desempenho é resultado de uma sensível transformação da base técnica, antes apoiada em sistemas tradicionais, alterada para sistemas de produção amparados pela tecnologia. Esse processo de modernização da agropecuária mato-grossense nas últimas décadas foi acompanhado da concentração da estrutura fundiária para a formação de grandes fazendas de grãos e pecuária (MATO GROSSO, 2006).

Nas áreas de floresta desmatadas identificadas pelo PRODES, o principal uso do solo é para a pecuária (pasto limpo), ocupando 53,68%, seguido da agricultura anual (17,97%) e da vegetação secundária (15,01%), segundo dados do TerraClass 2012. O estado vem tendo sucesso em reduzir suas taxas de desmatamento sem que isso impacte negativamente a produção de suas principais commodities. Merece destaque o fato de tal redução ter ocorrido mesmo com o crescimento do PIB e da produção agropecuária. O Produto Interno Bruto de Mato Grosso totaliza R\$ 80,8 bilhões, ultrapassando o crescimento do PIB do país. Grande parte do desenvolvimento positivo vem do campo e o agronegócio é, hoje, responsável por 50,5% do PIB do estado.



SECRETARIAT THE CLIMATE GROUP



Esta situação tem importância particular em Mato Grosso, visto que o mesmo se destaca no cenário nacional e internacional como grande exportador de commodities, que incluem soja, algodão, milho, açúcar, carne bovina, entre outros. Assim, garantir a boa performance da produção agropecuária ao mesmo tempo em que se valoriza e fortalece o setor florestal, de forma a sustentar as baixas taxas de desmatamento, é um de seus principais desafios. Apesar de historicamente apresentar altas taxas de desmatamento, Mato Grosso foi, nos últimos anos, o estado amazônico que mais reduziu o desmatamento.

Mato Grosso promoveu reduções drásticas do desmatamento em seu território, saindo de um patamar de 11.814 km² no ano de 2004 para 1.048 km² em 2014, apresentando uma redução de mais de 90% dos desmatamentos nas florestas.

Avaliando-se os resultados do primeiro período de metas assumidas pelo Governo do Estado em seu Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado de Mato Grosso – PPCDQ/MT, de 2006 a 2010, cuja meta era reduzir 64% do desmatamento na floresta, o estado alcançou uma redução de 68,28%. Para o segundo período de compromisso, de 2011 a 2015, a meta de redução do desmatamento era de 75%, e o estado alcançou 80% de redução; já para o terceiro período, de 2016 a 2020, a meta é de 80% de redução.

Considerando os dados do desmatamento de 2006 a 2014 em relação à média histórica (765.700 ha), Mato Grosso apresenta uma redução, em área desmatada, de 5.266.000 hectares. Esta redução de desmatamento verificada evitou que 1.932.622.000 ton CO₂, ou 1,9 Gt CO₂, fossem lançados para a atmosfera. O volume de emissões reduzidas é maior que a redução de qualquer estado da Amazônia e maior que a grande maioria dos países do Anexo I do Protocolo de Kyoto.

PERFIL DAS EMISSÕES EM MATO GROSSO

Conforme apontam os dados das emissões do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa- SEEG, do Observatório do Clima (Tabela1), baseado no Inventário nacional, as emissões de gases de efeito estufa em Mato Grosso estão concentradas no meio rural, principalmente nos setores de Mudança de Uso da Terra e Agropecuária. Em 2014, as emissões totalizaram 145.349.679 ton CO2 eq, sendo que o setor de Mudança de Uso da Terra, contribuiu com 83.572.169 ton CO2 eq (57,49 % das emissões totais) e a Agropecuária com 49.374.392 ton CO2 eq (33,97 % das emissões totais), ou seja, 91,46% das emissões do estado de Mato Grosso estão no campo.

Tabela 1- Emissões Brutas de CO2 eq em Mato Grosso

ANO REFERÊNCIA- 2014

Atividades em Mato Grosso	Emissões de ton CO2 eq
Agropecuária	49.374.392
Mudança do Uso da Terra	83.572.169
Resíduos	1.225.585
Energia	10.830.923
Processos Industriais	346.610
Emissões totais	145.349.679

AÇÕES E COMPROMISSOS ESPECÍFICOS

Desta maneira, de acordo com a tabela 1, fica claro que uma estratégia efetiva de redução de gases de efeito estufa em Mato Grosso deva, prioritariamente, concentrar esforços em ações no meio rural.



SECRETARIAT THE CLIMATE GROUP



METAS PARA 2020:

O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado de Mato Grosso – PPCDQ/MT estabeleceu, em sua segunda fase, metas de redução para os períodos 2011-2015 e 2016-2020, sendo elas:

2011-2015: meta de redução de 75% (média do período) em relação à linha de base revisada (média das taxas 2001-2010), ou seja, 5.715km². Estima-se que o estado deverá chegar a um desmatamento médio de 1.428 km² entre 2011 e 2015.

2016-2020: meta de redução de 80% (média do período) em relação à linha de base, mantendo como referência o período entre 2001 e 2010 (5.715 km²). Estima-se que o estado deverá chegar a um desmatamento médio de 1.143 km² entre 2016 e 2020.

Eliminar o desmatamento ilegal até 2020

INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA

Mato Grosso, ao longo dos últimos anos, tem desenvolvido soluções pioneiras visando melhorar sua governança ambiental. Desta forma, destacamos a criação do Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais e o Cadastro Ambiental Rural, além do Código Estadual do Meio Ambiente, o Sistema Estadual de Unidades de Conservação, a Política Florestal, a Política Estadual de Recursos Hídricos, Política Estadual de Resíduos Sólidos e também o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado de Mato Grosso. Em 2013, Mato Grosso aprovou a Lei nº 9.878, que cria o “Sistema Estadual de REDD+”, construída no âmbito do Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas. Destaca-se, ainda, que a participação da sociedade nas ações de gestão pública ocorre no âmbito do Conselho Gestor do Sistema Estadual de REDD+ (DECRETO nº 2.694, dez/2014), órgão de caráter diretor e deliberativo que tem como finalidade promover a gestão, a coordenação, o acompanhamento e a avaliação do Sistema Estadual de REDD+.

MONITORAMENTO

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA/MT executa, desde 1992, a quantificação do desmatamento no estado de Mato Grosso, tanto na Amazônia quanto no Cerrado e no Pantanal.

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE também possui um sistema de monitoramento do desmatamento na Amazônia, divulgando os dados anuais de desmatamento, somente para a área de floresta. Atualmente os dados mais atuais do estado foram divulgados pelo INPE.

Tanto a SEMA quanto o INPE utilizam imagens de sensores orbitais e Sistemas de Informação Geográfica – GIS para a quantificação do incremento anual de desmatamento.

O INPE disponibiliza em seu site (<http://www.obt.inpe.br/amazonia/prodes>) relatórios anuais sobre as taxas de desmatamento para toda a Amazônia. Estes relatórios são também apresentados de forma desagregada, por estado, por ano, por incremento do desmatamento e extensão do desmatamento, além de consultas por município.

A SEMA/MT utiliza o Sistema de Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo Real – DETER, operado pelo INPE, que têm a finalidade de realizar um levantamento rápido sobre a alteração da cobertura florestal através de dados do sensor MODIS, com uma resolução espacial de 250 metros. Esses dados que subsidiam as ações de fiscalização e combate ao desmatamento e à degradação florestal.

Os dados do desmatamento produzidos pelo Geoprocessamento da SEMA/MT, que abrangem todos os biomas do estado, estão sendo atualizados e deverão estar consolidados até dezembro 2016. São utilizadas imagens do satélite Landsat 8, com uma resolução espacial de 30 metros.